

BOLETIM DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



MINJUSDH
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS | GCII | EDIÇÃO Nº 11 | MÊS DE MAIO DE 2019



Vice-Presidente do Tribunal Supremo
da República Popular da China recebido em Luanda

Universidade Angolana implementa Curso de Mestrado em Direito Constitucional e Direitos Humanos

A Universidade Lusíadas de Angola organizou, no dia 23 de Maio do corrente ano, no Anfiteatro António M. da Cruz, um seminário sobre Direitos Humanos.

O acto de abertura foi presidido pela Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Januário.



Carlos Cavuquilha toma posse no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Carlos Alberto Cavuquilha é, desde segunda-feira, 20, o novo Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, em substituição de Gualdino Mpengo, que terminou nessa mesma data a Comissão de serviço que vinha exercendo neste departamento ministerial.



A MENSAGEM DO MINISTRO



Francisco Queiroz
Ministro da Justiça
e dos Direitos Humanos

Estamos aqui mais uma vez, com a mesma determinação de sempre, para levar até si, estimado leitor, informações pertinentes sobre as actividades do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, através desta importante ferramenta que colocamos todas as semanas a sua disposição.

Na ânsia de continuar a proporcionar um trabalho com cada vez melhor qualidade, manifestamos a nossa disposição para aceitar quaisquer críticas e sugestões que nos ajudem nesse sentido.

Boa leitura.

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E DOS DIREITOS HUMANOS**

Direcção:

Francisco Queiroz

Edição:

Gabinete de Comunicação
Institucional e Imprensa (GCII)

Fotografia:

Gabinete de Comunicação
Institucional e Imprensa (GCII)

Design:

Marco Rohrbacher

NESTA EDIÇÃO

Secção

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos Aposta na Autonomia Administrativa e Financeira dos Tribunais..... **Pág. 3**

Secção

Universidade Angolana implementa Curso de Mestrado em Direito..... **Pág. 4**

Sexta Edição do Oslo Diploma Course para especialização teórica e prática em Direitos Humanos..... **Pág. 5**

Secção

Tomada de Posse do novo Director do Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística (GEPE)..... **Pág. 6**

Secção

Audiência..... **Pág. 8**

Breves, 1 Cartório celebra dia de África **Pág. 10**

Breves, Formação em Gestão dos Recursos Humanos **Pág. 11**

Secção

Denuncie **Pág. 12**

DIRECÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Houve alterações no quadro legislativo vigente em matéria de organização dos Tribunais. Foi revogada a Lei nº 18/88, de 31 de Dezembro, Lei do Sistema Unificado de Justiça, pela Lei nº 2/15, de 2 de Fevereiro, Lei orgânica sobre organização dos Tribunais da Jurisdição Comum.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS APOSTA NA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DOS TRIBUNAIS

A Constituição da República, em vigor desde Fevereiro de 2010, consagra de forma explícita e directa o princípio da autonomia administrativa e financeira dos tribunais, devendo a lei definir os mecanismos de comparticipação do poder judicial no processo de elaboração do seu orçamento. Nessa conformidade, o entendimento não pode ser outro senão o de que, no quadro jurídico-constitucional actual, o Governo dos tribunais deve ser incumbência do poder Judicial, decorrendo daí responsabilidade sobre a gestão dos seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais.

Entretanto, porque fazia-se sentir a necessidade de se adequar a organização judiciária do País à nova realidade, procederam-se a alterações ao quadro legislativo vigente em matéria de organização e funcionamento dos Tribunais, sendo de realçar a revogação expressa da **Lei nº 18/88, de 31 de Dezembro**, Lei do Sistema Unificado de Justiça pela **Lei nº 2/15, de 2 de Fevereiro**, Lei orgânica sobre organização e funcionamento dos Tribunais da Jurisdição Comum, artigo 103º. Esta lei deu origem a um novo modelo de organização judiciária, com a extinção dos Tribunais provinciais e municipais e a consequente criação dos Tribunais de Comarca, como Tribunais de primeira Instância,

os Tribunais de Relação como Tribunais de segunda instância e no topo da hierarquia dos Tribunais de Jurisdição comum, o Tribunal Supremo, artigo 24º nºs 1 e 2, que retoma o consagrado no artigo 176º nº 2, al. a) da CRA.

Foram criadas ainda novas figuras que são as Unidades de Gestão Provincial, com competência para a gestão de recursos humanos, dos recursos materiais e financeiros dos Tribunais de Comarca, artigo 76º nº 1. Contudo, estas unidades entrarão em funcionamento com a transferência efectiva, processo em curso.

Para a efectivação deste desiderato, torna-se importante proceder a alteração de algumas normas constantes do estatuto orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, o **Decreto Presidencial nº 77/18, de 15 de Março**.

Com o intuito de dar sequência os procedimentos, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos criou uma Comissão de Acompanhamento da Efectivação da Autonomia Administrativa e Financeira dos Tribunais.

Actualmente, a Justiça conta com mais de mil oficiais afectos aos Tribunais, os quais se espera que tão breve quanto possível passem para responsabilidade do Conselho

Superior da Magistratura Judicial ou das Unidades de Gestão Provinciais, previstas nos artigos da já citada **Lei nº 2/15**.

Relativamente às infraestruturas, existem cerca de 74 unidades.

De recordar que a necessidade de o poder judicial assumir as responsabilidades constitucionais nos aspectos aqui referenciados terão ditado a escolha do lema para a abertura do Ano Judicial 2019 no passado dia 14 de Março, que foi "A independência do poder judicial e a autonomia administrativa, financeira e patrimoniais dos Tribunais".



DIREITOS HUMANOS

A Universidade Lusíadas de Angola organizou, no dia 23 de Maio, no Anfiteatro António M. da Cruz, um seminário sobre Direitos Humanos.

Universidade Angolana implementa Cursos de mestrado em Direito Constitucional e Direitos Humanos

Decorreu no Anfiteatro António M. da Cruz, um seminário sobre Direitos Humanos, no âmbito da abertura do Mestrado em Direito Constitucional e Direitos Humanos.

A actividade começou com breves palavras de boas-vindas proferidas pelo Magnífico Reitor da Universidade, Dr. Mário Pinto de Andrade, ao que se seguiu o discurso de abertura que foi proferido pela Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Januário, em representação do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

Estiveram presentes Deputados da Assembleia Nacional, autoridades angolanas, Magistrados, Docentes e Discentes.

O seminário marcou o início do Curso de Mestrado sobre Direito Constitucional e Direitos Humanos, que consagra uma vitória do Ministério o Justiça e dos Direitos Humanos, pois o órgão ministerial tem vindo a estimular as diversas Universidades a ministrarem nos diferentes cursos curriculares, como Pós-graduações, Mestrados e Doutoramentos matérias sobre Direitos Humanos.

Protocolo de Cooperação com esse escopo têm sido rubricados entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e as Universidades.



É na Universidade onde cristalizamos a caminhada académica, é precisamente onde aprende-se a debater questões de profunda sensibilidade social com o elevado rigor científico.

A Secretária de Estado informou que *"O Ministério realizou vários diagnósticos sobre a situação dos Direitos Humanos em Angola e constatou que a grande preocupação é que muitos cidadãos não conhecem os seus direitos e por isso acontecem violações aos Direitos."*

Para colmatar essa dificuldade, desenvolveu-se um programa "Educação para Cultura dos Direitos Humanos" que passa pelo estímulo a nível do sistema normal e profissional do ensino, para se

inserir a matéria dos Direitos Humanos. Espera-se que haja uma grande aderência e que os estudantes e candidatos a mestre em Direitos Humanos possam ser educadores, percussores desta matéria em Angola, pois é o que o país precisa.

Existe uma redução das denúncias e dos casos de violação dos Direitos Humanos, logo Angola tem feito um grande progresso na defesa dos direitos, deveres e garantias fundamentais do cidadão.



DIREITOS HUMANOS

No âmbito da Cooperação Bilateral, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem vindo apostar na formação em Direito Internacional dos Direitos Humanos. Até o momento já foram formados 54 técnicos.

Noruega forma técnicos angolanos em Direitos Humanos

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, no quadro da cooperação bilateral que mantém com a Embaixada do Reino da Noruega, tem levado a cabo um projecto de formação em Direito Internacional dos Direitos Humanos, com o intuito de assegurar o programa de “Educação para uma cultura dos Direitos Humanos”.

Neste sentido, está a decorrer em Oslo, na Noruega, a 6ª edição do programa de formação *Oslo Diploma Course*, no qual estão a participar 12 formandos, dos quais quatro Delegados Provinciais do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (Cuanza Sul, Moxico, Uíge e Zaire), três funcionários do Órgão Central, dois Representantes da Comissão Intersectorial para a Elaboração dos Relatórios Nacionais de Direitos Humanos - CIERNDH (Procuradoria-Geral da República e Polícia Nacional), e três Representantes da Sociedade Civil (Scarjov, CCDH Lunda-Norte, VIS).

Esta formação enquadra-se no âmbito dos objectivos principais da Estratégia Nacional para os Direitos Humanos (2019-2022) e é fundamental para que os quadros nacionais estejam altamente qualificados e possam responder aos desafios em matéria dos Direitos Humanos.

Os objectivos da formação são: Capacitar os quadros do MJDH, Comités Provinciais dos Direitos Humanos, parceiros institucionais e das Organizações da Sociedade Civil, no domínio dos Direitos Humanos, incluindo na conceptualização das metodologias para elaboração de relatórios e disseminação de conhecimentos nas suas jurisdições; Fortalecer as capacidades cognitivas e pedagógicas para orientar as sessões de seminários de formação local em Direitos Humanos; Incentivar a troca de experiências entre os técnicos/especialistas noruegueses e angolanos no tocante ao processo de promoção,

divulgação e defesa dos Direitos Humanos.

O curso começou o dia 15 de Maio e vai até o dia 30, com aulas teóricas e práticas em matéria de Direitos Humanos e visitas para constatar in loco o trabalho desenvolvido por diferentes instituições públicas e privadas da Noruega neste âmbito.

A presente edição é a sexta e até o momento já foram formados 58 técnicos de diferentes Departamentos Ministeriais, órgãos da administração da Justiça e da Sociedade Civil, dos quais 35 funcionários do MJDH.



GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA

Tomada de Posse do novo Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), Carlos Alberto Cavuquila.

Ministro dá as boas vindas ao novo membro da família da Justiça e dos Direitos Humanos

Queria, em nome de todos os nossos colegas que estão presentes e dos outros que não estão presentes, dar-lhe as boas vindas a esta família da Justiça e dos Direitos Humanos.

Formulamos votos para que tenha muitos êxitos nesta nova função e neste novo desafio. Conhecemos as suas capacidades, não só pelas experiências de trabalhos anteriores, mas também pelo currículo político, técnico e acadêmico que conhecemos.

Os desafios que deverá enfrentar aqui no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos vão exigir da sua parte um empenho redobrado. Vivemos uma época diferente e um paradigma político e de gestão administrativa também diferentes, que reclamam da nossa parte uma postura que esteja de acordo a esse novo paradigma.

São muitos os desafios, porque os projectos que o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem são também muitos e complexos

É uma área que tem a responsabilidade de cuidar dos investimentos públicos que o Estado faz para a justiça e cuidar da forma correcta da contratação das entidades para a realização desses investimentos públicos. Estamos confiantes e esperamos que com a sua entrada o GEPE possa conhecer uma dinâmica de acordo com aquilo que é a expectativa do Executivo para o sector da justiça.

Mensagem de agradecimento

Esteve antes do Dr. Cavuquila o nosso colega Gualdino Mpenço, que infelizmente não está aqui presente.

Dirijo para ele uma palavra de agradecimento, pelo tempo que esteve a dirigir o GEPE. O Dr. Gualdino dirigiu o GEPE num contexto muito difícil, numa conjuntura carregada de

adversidades e tentou fazer o que pode. Deixa uma herança que certamente terá que ser revista pelo novo Director do GEPE. E a cooperação que o Drº Gualdino deverá dar ao novo Director do GEPE é

absolutamente indispensável, não só do ponto de vista legal, em termos de passagem de pasta, mas dar toda a informação e todo o conhecimento que tem dos processos e de toda matéria que tem em sua posse. Tem um staff que eu conheço, muito dedicado, mas que precisa de motivação, de ser encorajado e valorizado. Precisam de ter este enquadramento de equipa e eu formulo votos que consiga ter do lado da justiça todos os trabalhadores do GEPE neste contexto de novo paradigma político.



AUDIÊNCIA

Vice-Presidente do Tribunal Supremo da República Popular da China, Li Xao Pin, recebido no Ministério da Justiça, em Luanda, no dia 24 de Maio.

O Secretário de Estado para a Justiça, Orlando Fernandes, em representação do ministro, deu as boas vindas à delegação chinesa, a quem passou depois explicações sobre a organização do Estado Angolano: a Assembleia Nacional, os Tribunais e o poder Executivo.

De acordo com o Secretário de Estado, que estava acompanhado da Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Januário, e vários directores nacionais, o Poder Executivo é titulado pelo Presidente da República que é também o Comandante em Chefe das Forças Armadas. Tem vários auxiliares e um dos auxiliares é o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

“A principal missão que incumbe ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos traduz-se na formulação das políticas de justiça e na protecção e defesa dos direitos humanos.”

Orlandes Fernandes acrescentou que o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos assegura também as relações do Executivo com a Administração da Justiça.

“Quando falo na Administração da Justiça, estou a referir-me aos tribunais, estou a referir-me à Procuradoria Geral da República, isto, portanto, sem prejudicar as competências próprias desses órgãos e tanto a Procuradoria Geral da República quanto os Tribunais gozam de ampla autonomia na actualidade. Em termos de decisões judiciais, o Executivo não se intromete. Os Tribunais são

soberanos quando praticam actos de cariz jurisdicional, actos próprios dos Tribunais. Quando, por exemplo, julgam o cidadão, o Executivo não vai lá dar sugestões. Neste momento, estamos a afinar mecanismos no sentido de consolidar outras vertentes da autonomia, como a autonomia administrativa, a autonomia financeira.

Em termos de direcção de órgãos de direcção deste Ministério, temos o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, temos a Sr^a Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Dr^a Ana Celeste Januário, e temos o Sr^o Secretário de Estado para Justiça, que sou eu. Há, depois, uma serie de órgãos. Conforme a estrutura deste Ministério, existem órgãos de natureza consultiva, serviços de apoio, serviços executivos e órgãos superintendidos.

Na nossa relação com os Tribunais, nós valemo-nos, essencialmente, de um órgão que está aqui representado que é a Direcção Nacional de Administração da Justiça. As questões que envolvam Tribunais socorremo-nos deste órgão. Em matéria de cooperação internacional, para as questões cíveis, a autoridade central é o Ministério da Justiça, e para as questões onde há crime, será a Procuradoria Geral da República.

Não gostaria de terminar sem antes dizer que na nossa cooperação com a China temos aqui realizações concretas. Ao Ministério da Justiça incumbe também a emissão do Bilhete de Identidade. Nesse processo de emissão do Bilhete de Identidade, nós temos cooperação com uma empresa chinesa, que é a CEIEC. E os frutos dessa cooperação têm sido muito positivos. Têm sido excelentes embaixadores da China.



RECEITAS

Março/2019

Serviços da Justiça arredam kz 976.782.517.60

Os serviços da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado (DNRN) e da Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal (DNAICC) arrecadaram no passado mês de Março do corrente ano, receitas financeiras avaliadas em kz 976.782.517.60.

Uma percentagem desse valor arrecadado foi destinada a Conta Única do Tesouro Nacional e outra parte ao Cofre Geral de Justiça.

A Direcção Nacional dos Registos e do Notariado tem por missão dirigir, orientar e coordenar os serviços de registo civil, predial, comercial, de automóveis, navios e do notariado.

A Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal tem por missão conceber, preparar, executar e acompanhar as políticas e programas relativos aos serviços de Identificação Civil e Criminal, bem como organizar e actualizar o arquivo central. Entre os documentos produzidos por esta direcção destacam-se o Bilhete de Identidade e o Certificado de Registo Criminal.



Breves

Dia de África



Em alusão ao dia de África, que se comemora a 25 de Maio, os funcionários do 1º Cartório de Luanda decidiram marcar a data apresentando-se com uma indumentária diferente. Na sexta feira, 24, o traje africano esteve em evidência naquele cartório.



Serviços de registo

vão ao encontro das comunidades

Os funcionários dos serviços da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado trabalharam, no início deste mês, no município do Cacucaco, em Luanda, onde realizaram uma campanha de registo para as crianças da Escola Primária Nossa Senhora D'Africa e Paróquia de Nossa Senhora da Consolada.



CAMPANHA DE EMISSÃO DE BI PARA CRIANÇAS ABRE DIA 1 DE JUNHO

Em alusão ao dia Internacional da criança, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizará em todo o mês de Junho, aos sábados, das 8h00 às 13h, uma campanha de emissão de Bilhete de Identidade para crianças dos 6 aos 17 anos de idade. A campanha denomina-se **"O MEUPRIMEIRO BI RUMO À CIDADANIA"** e será realizada em todas as Repartições de Identificação Civil e Criminal fixas e móveis em todo o território nacional.

RECURSOS HUMANOS

Formação jurídica e aplicacional

Sessenta funcionários do Registo Predial e dos Cartórios Notariais terminaram, na semana passada, o curso de Formação Jurídica e Aplicacional, que decorreu desde o dia 24 de Março do corrente ano, no Memorial Agostinho Neto, em Luanda.

A cerimónia de encerramento foi presidida pelo Director dos Recursos Humanos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Claudino Filipe, em representação do Secretário de Estado para Justiça. No final.

A cerimónia terminou com a outorga dos Certificados aos participantes da formação.



Delegação da Justiça no Cuando Cubango reúne Conselho de Direcção



A Delegação da Justiça e dos Direitos Humanos realizou este mês o seu segundo Conselho de Direcção, para abordagem de assuntos pertinentes relacionados com a sua área de jurisdição.

Estiveram presentes os delegados municipais dos 9 municípios da província e chefes das repartições de Identificação Civil e Criminal do Cuando Cubango.

A cerimónia de encerramento foi marcada com a exibição de uma peça teatral para ilustrar a realidade da justiça naquela província.

DENUNCIE

No âmbito do programa de Combate à Corrupção, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, criou um contacto e um portal de denúncias.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

Se Presenciar

Algumas Destas

Situações...

Assédio

Suborno

Peculato

Conflito de Interesses

Nepotismo

Tráfico de Influências

Outros Crimes

DENUNCIE

937 50 76 76

Diga não à corrupção

...Nestes Locais

Conservatórias/
Notários

Postos de
Identificação

GUE's

BUE's

Sede do MJDH

Tribunais de
1ª Instância

Os Nossos Valores: Transparência, Lealdade e Rigor

GCII / 2019

OS NOSSOS VALORES

TRANSPARÊNCIA - para combater a fraude, a desonestidade, a ilicitude e a corrupção.

LEALDADE - para manter o comprometimento com o programa do Executivo, as linhas de orientação do Titular do Executivo, a subordinação hierárquica, alinhados aos mesmos princípios de solidariedade, de amizade, de respeito e de cumplicidade institucional corporativa.

RIGOR - para garantir a qualidade e os padrões de excelência no trabalho, a observância estrita das regras e das boas práticas, o uso de métodos científicos e o combate ao espontaneísmo, ao empirismo e à falta de brio profissional.